GRID energia

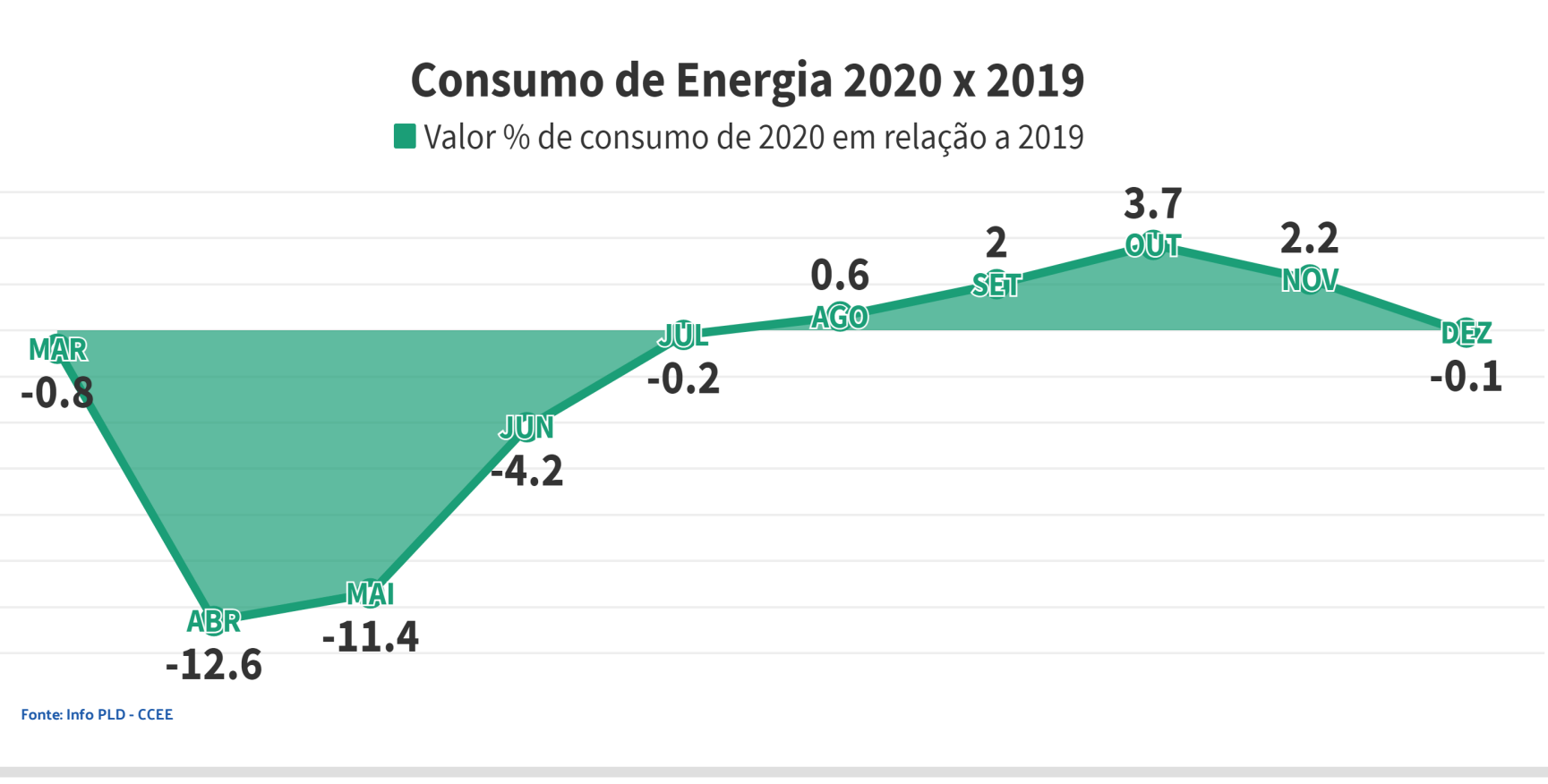
BOLETIM MENSAL DE ENERGIA

JANEIRO
2021

FELIZ ANO NOVO!
Votos da equipe GRID Energia

CARGA DO SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL

A carga no Sistema Elétrico Nacional (SIN) foi menor em dezembro de 2020 que a carga registrada em dezembro de 2019 em 0,1%, ficando abaixo da projeção feita no último boletim.



Fonte: Info PLD - CCEE

Em dezembro a carga do SIN realizou 4, 33% abaixo do previsto, aproximadamente 3. 079 MWmédios de acordo com o Histórico da Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em **janeiro** as projeções são para que a carga se realize em **73. 012 MWmédios**, um acrescimo de **3,3%** em relação ao consumo verificado em janeiro de 2020.

Além da expectativa de recuperação gradual da economia, teremos em janeiro a ocorrência de temperaturas mais elevadas, típicas para essa época do ano, influenciando o comportamento de consumo no SIN.

NÍVEIS DE ARMAZENAMENTO DO SIN

Em dezembro o nível de armazenamento dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) se manteve estável em relação a novembro fechando em **24,7%** da capacidade nominal do sistema. Fazendo uma análise comparativa das bacias hidrográficas com o mês anterior, observamos queda nos níveis de armazenamento nos submercados NE e N e recuperação nos Submercados S e SE/CO.

Para janeiro há a previsão de aumento, no nível dos reservatórios. No SE/CO com a recuperação, atingirá 27% da capacidade total. O Norte deverá encerrar o primeiro mês do ano com 24,1%. O NE está com o melhor cenário chegando a 50,8%. Já o Sul apresentou pior cenário nas previsões, espera-se que ao final de janeiro esteja com armazenamento de 10%.

Submercado	Capacidade MWmês*	Nível de armazenamento 31/dez/2020	
SE/CO	203.567	38.172	18,8%
S	19.897	5.452	27,4%
NE	51.602	23.759	46,0%
N	15.165	4.210	27,8%

Submercado	Capacidade MWmês*	Projeção para 31/jan/2021	
SE/CO	203.567	54.963	27,0%
S	19.897	1.990	10,0%
NE	51.602	26.214	50,8%
N	15.165	3.655	24,1%

* Capacidade de armazenamento de energia da bacia/reservatório em relação ao subsistema considerando todos os reservatórios cheios.

Fonte: Info PLD - CCEE

ENA

Submercado	Realizado Dezembro % da MLT	Previsão Janeiro % da MLT
Sudeste	65%	80%
Sul	94%	98%
Nordeste	48%	56%
Norte	54%	68%
SIN	64%	76%

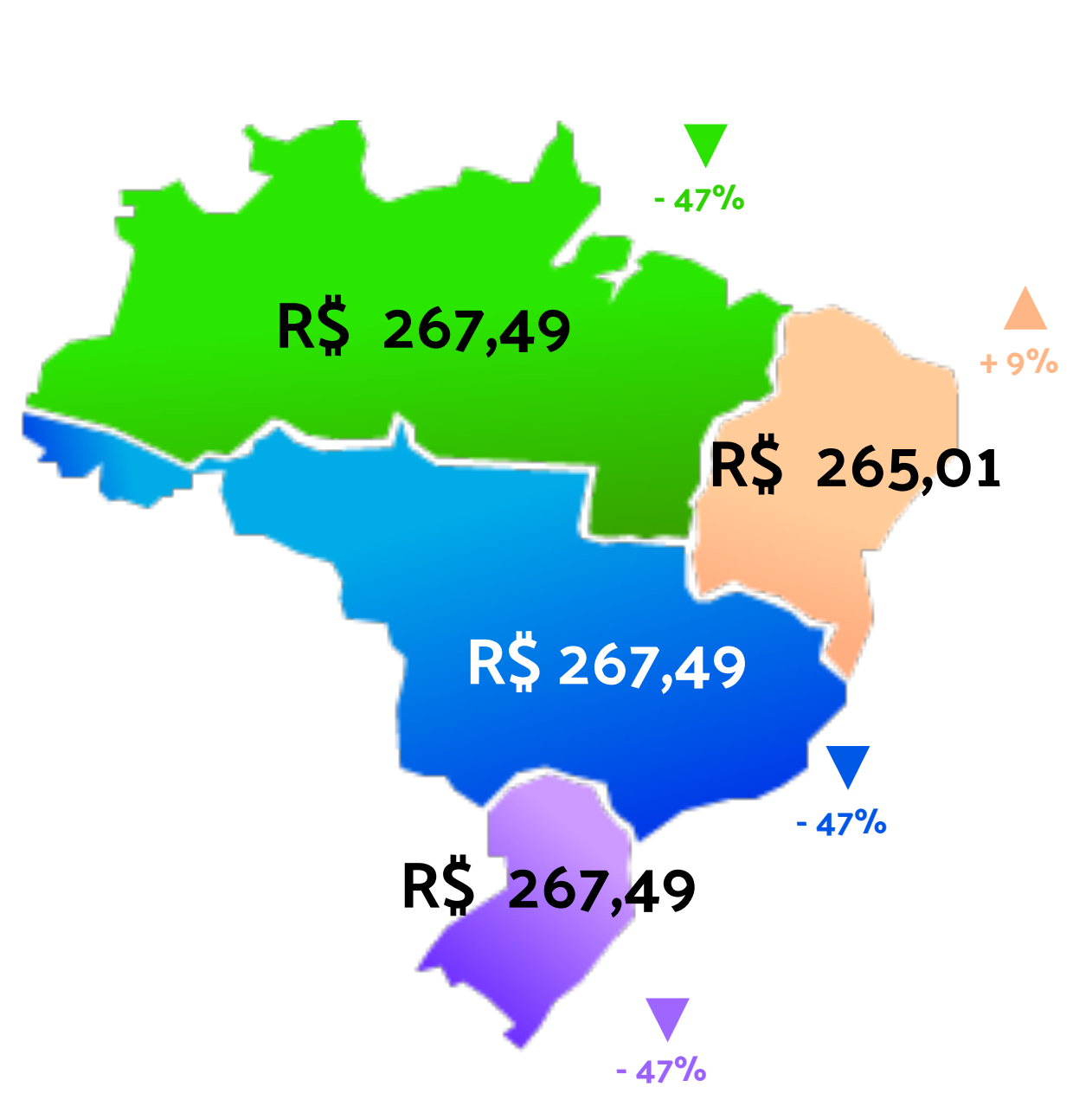
Fonte: Info PLD - CCEE

A Energia Natural Afluente (ENA), que indica as vazões dos reservatórios hidrelétricos, em dezembro ficou abaixo do esperado, fechando o mês em 64% da média histórica (MLT), frente aos 76% esperados. Espera-se que as afluências de janeiro de 2021 fechem em torno de 76% da MLT para o sistema, sendo aproximadamente 80% na região Sudeste/Centro-Oeste, 56% na região Nordeste, 68% na região Norte e 98% na região Sul.

PLD

A CCEE informa que o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, no cálculo para dezembro reduzia para todos os submercados com exceção para o NE.

Com os últimos resultados apurados a média anual do PLD foi de 177,00 R$/MWh no SE/CO, uma redução de 22% em relação à média apurada em 2019.



Preços médios de Dezembro de 2020 (R$/MWh)			
Sudeste	Sul	Nordeste	Norte
267,49	267,49	265,01	267,49

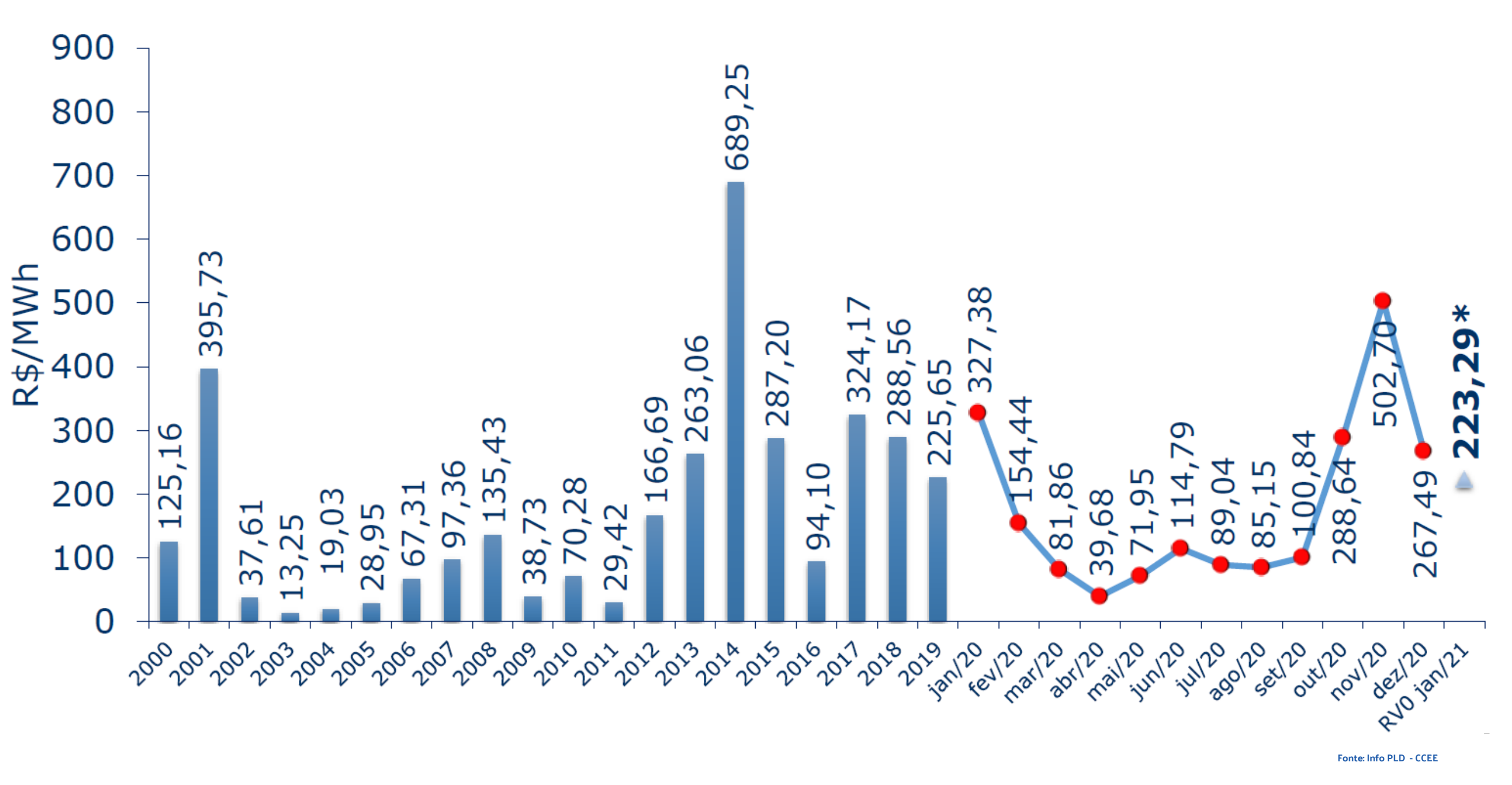
Fonte: Info PLD - CCEE

COMPORTAMENTO DO PREÇO
PLD SE/CO

Na primeira semana operativa de janeiro de 2021 os preços médios dos submercados (PLD médio) reduziram. Uma diminuição de 19% para o Nordeste e de 20% nos demais submercados em relação ao PLD de dezembro.

Preços médios de Janeiro Semana 1 (R$/MWh)			
Sudeste	Sul	Nordeste	Norte
223,29	223,29	223,29	223,29

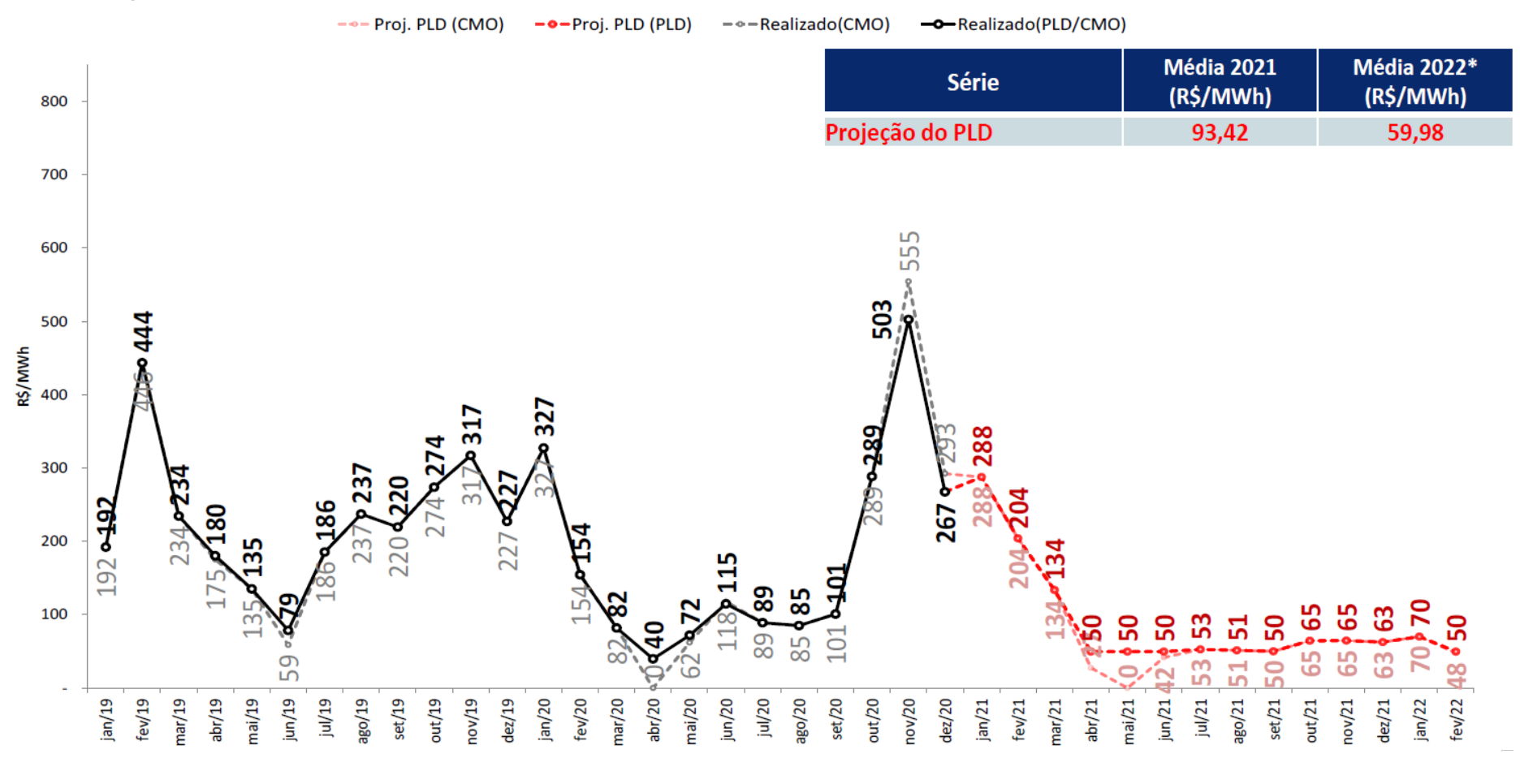
Fonte: Info PLD - CCEE



Fonte: Info PLD - CCEE

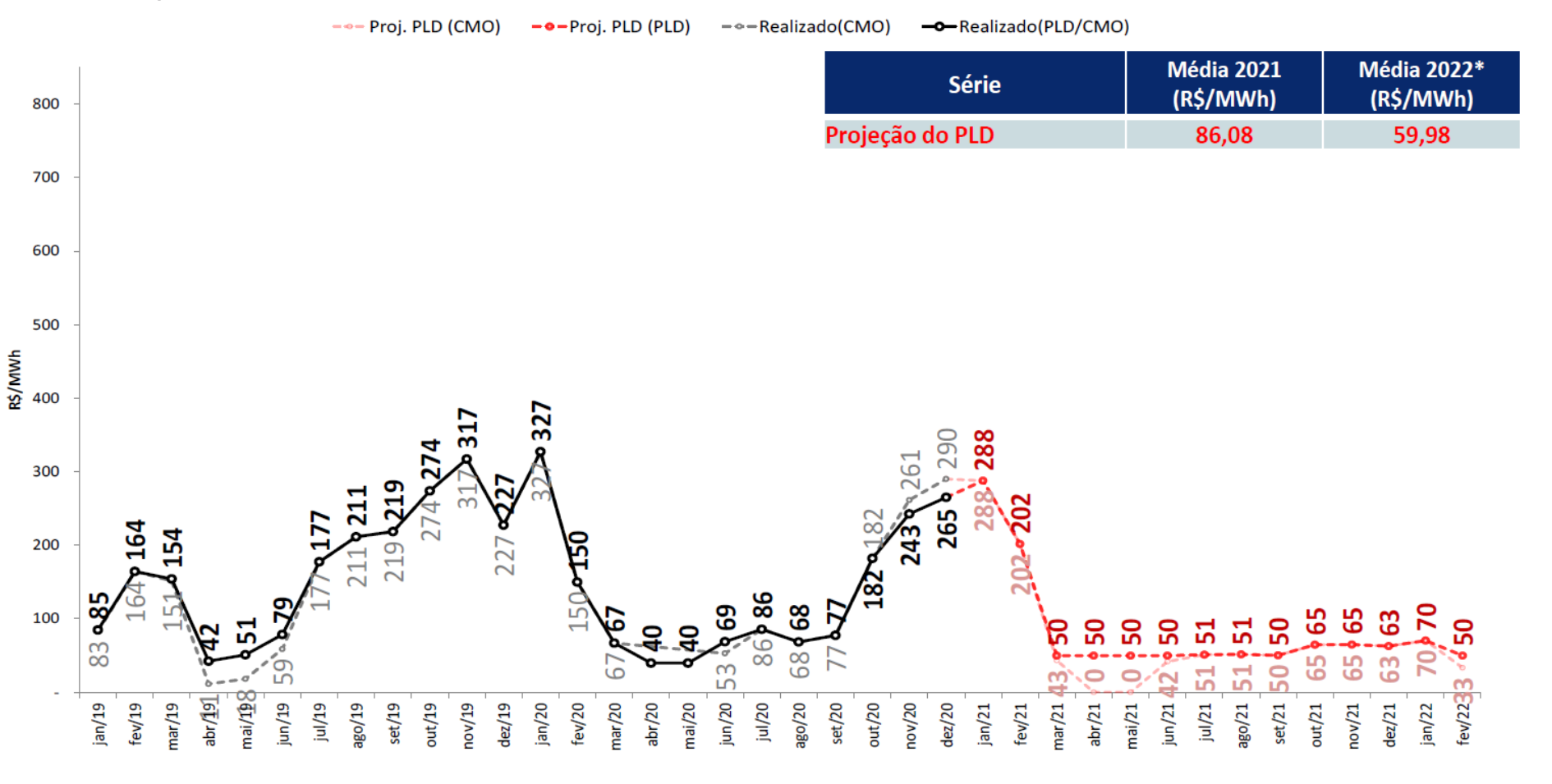
PROJEÇÃO DE PLD PARA PRÓXIMOS MESES POR SUBMERCADO

Projeção do PLD – SE



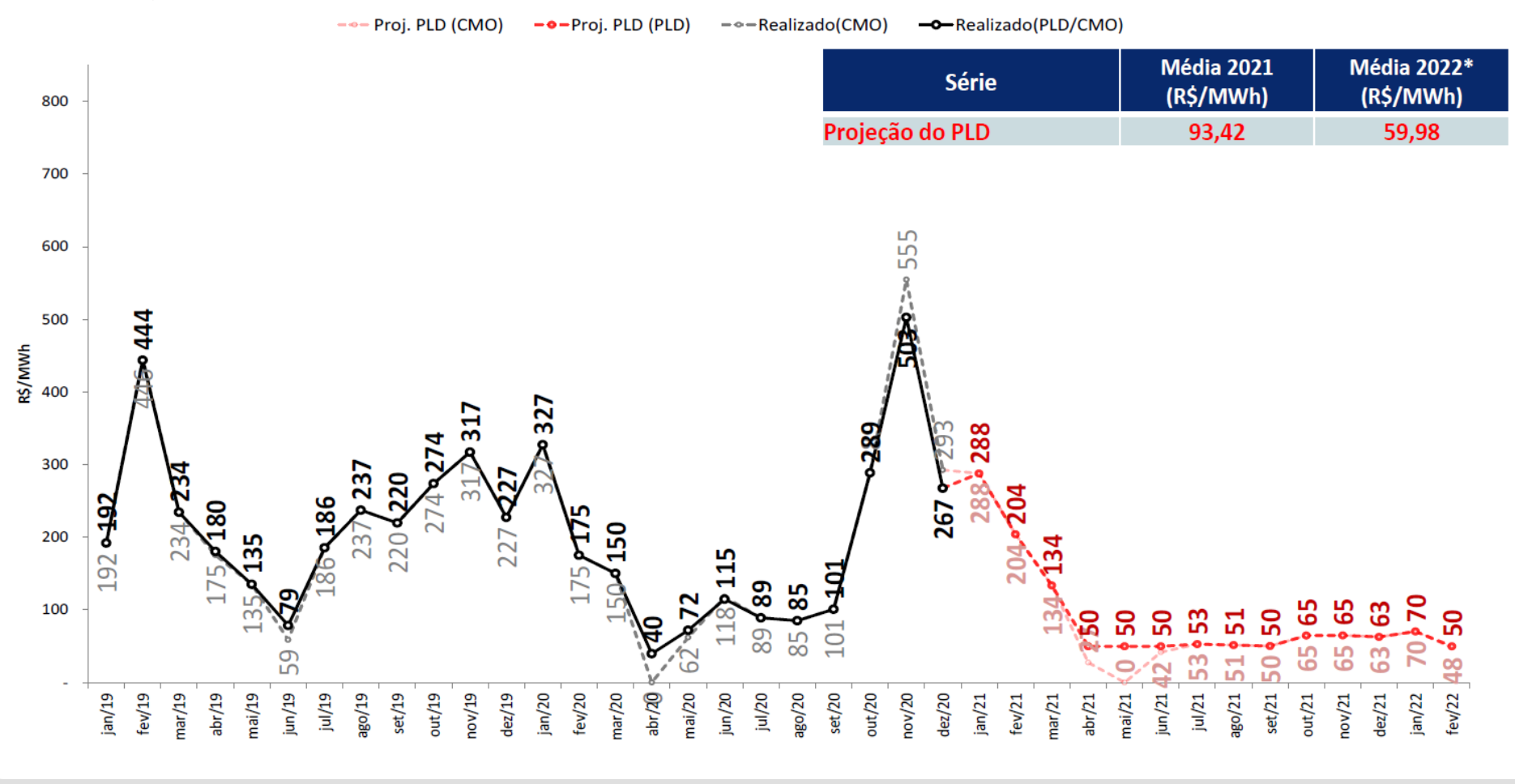
Série	Média 2021 (R$/MWh)	Média 2022* (R$/MWh)
Projeção do PLD	93,42	59,98

Projeção do PLD – NE



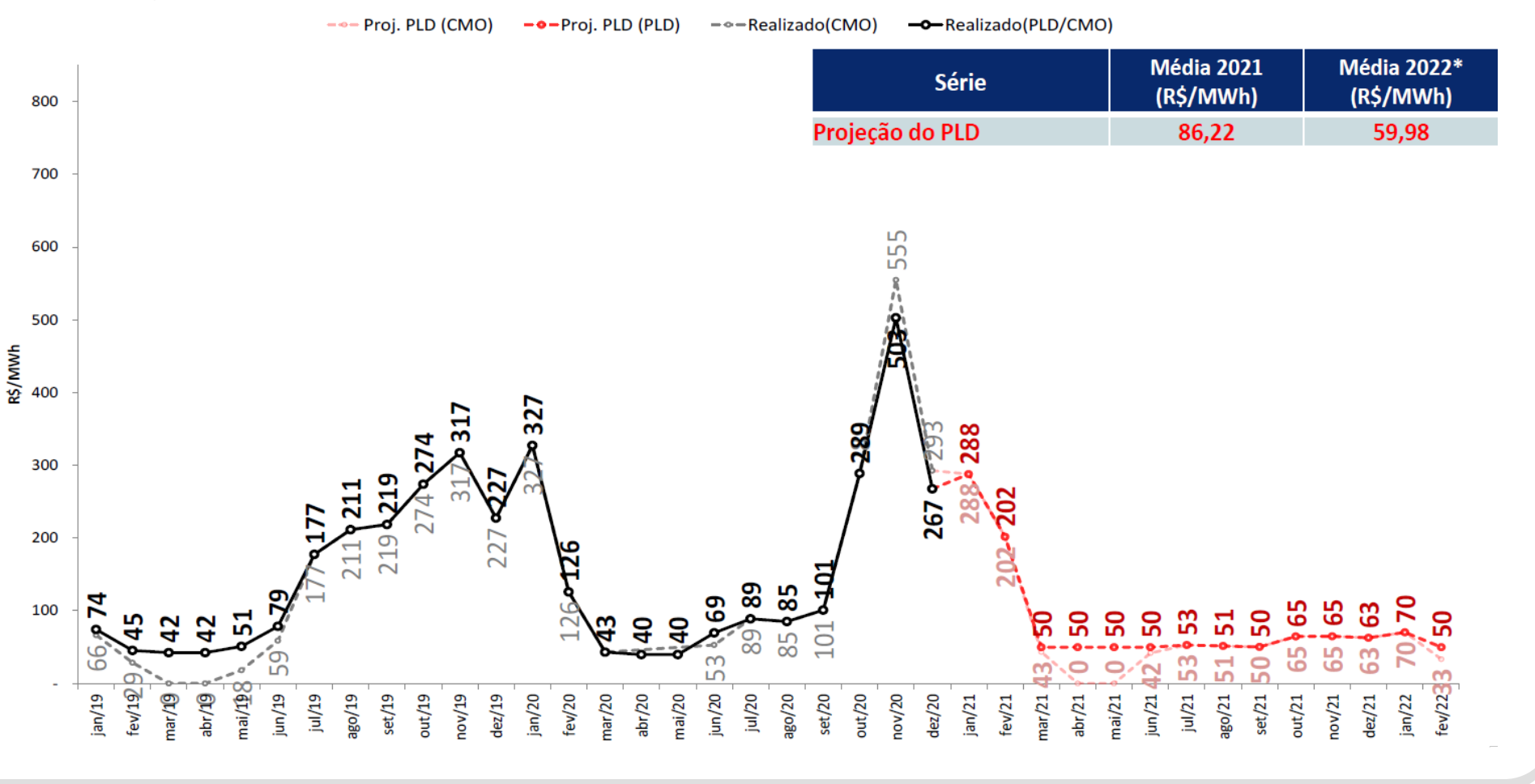
Série	Média 2021 (R$/MWh)	Média 2022* (R$/MWh)
Projeção do PLD	86,08	59,98

Projeção do PLD – S



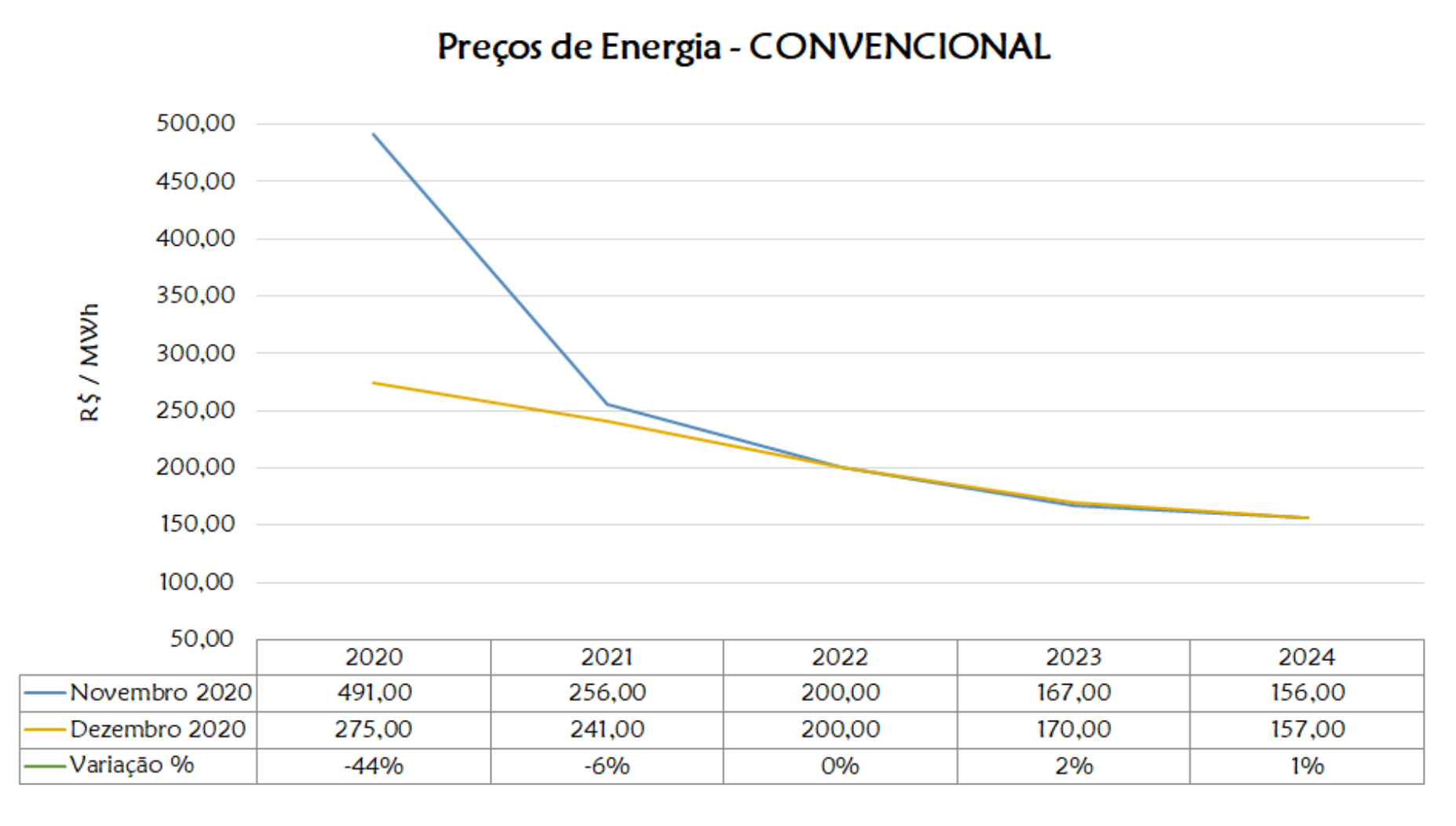
Série	Média 2021 (R$/MWh)	Média 2022* (R$/MWh)
Projeção do PLD	93,42	59,98

Projeção do PLD – N

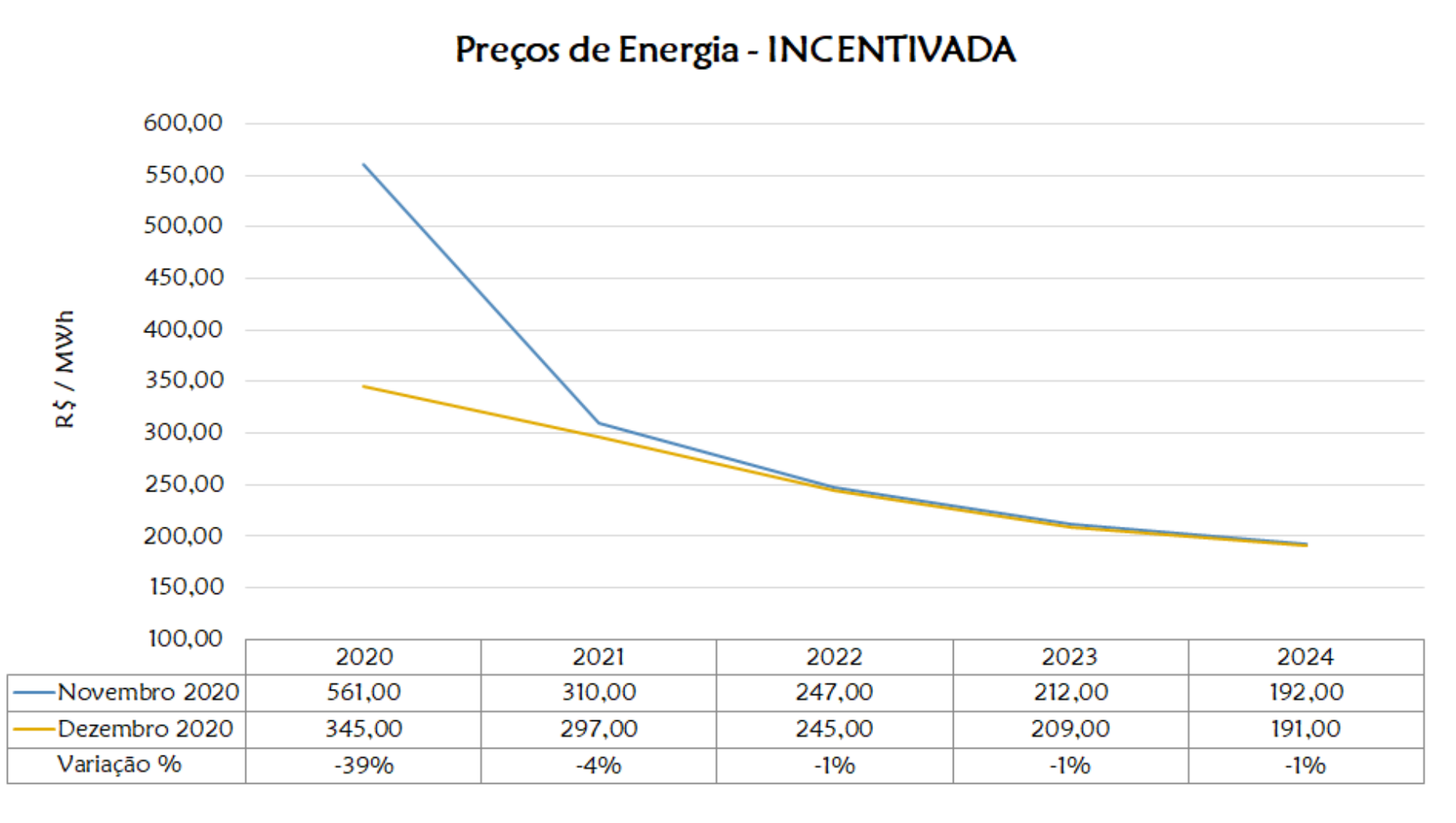


Série	Média 2021 (R$/MWh)	Média 2022* (R$/MWh)
Projeção do PLD	86,22	59,98

INDICATIVO DE PREÇOS



	2020	2021	2022	2023	2024
Novembro 2020	491,00	256,00	200,00	167,00	156,00
Dezembro 2020	275,00	241,00	200,00	170,00	157,00
Variação %	-44%	-6%	0%	2%	1%



	2020	2021	2022	2023	2024
Novembro 2020	561,00	310,00	247,00	212,00	192,00
Dezembro 2020	345,00	297,00	245,00	209,00	191,00
Variação %	-39%	-4%	-1%	-1%	-1%

NOTÍCIAS DO SETOR ELÉTRICO

JANEIRO
2021

Bandeira tarifária para janeiro de 2021 será Amarela

BANDEIRA TARIFÁRIA
AMARELA
BANDEIRA DO MÊS
JANEIRO/2021

A bandeira tarifária para janeiro de 2021 será amarela com custo de R$ 1,343 para cada 100 quilowatts-hora consumidos.

A previsão hidrológica para janeiro do ano que vem sinaliza elevação das vazões afluentes aos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN), cenário que levou ao incremento no patamar da produção hidrelétrica, com a consequente redução nos custos relacionados ao risco hidrológico (GSF), e no preço da energia (PLD) em relação ao mês passado.

O PLD e o GSF são as duas variáveis que determinam a cor da bandeira a ser acionada.

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica

Pressão da CDE será maior se MP 998 caducar, alerta Abrace

Os custos da Conta de Desenvolvimento Energético vão continuar pressionando as tarifas em 2021, o que reforça a necessidade de aprovação da MP 998 no Congresso Nacional, na avaliação dos consumidores industriais de energia. Eles argumentam que se a MP caducar, como aconteceu com propostas anteriores do atual governo, uma parte importante de recursos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética deixará de compor a receita da conta setorial, o que pode aumentar a cota de subsídios a serem pagos pelo segmento de consumo.

A previsão da Aneel é de que as cotas da CDE a serem custeadas diretamente pelos consumidores somarão R$ 19,8 bilhões esse ano, em um orçamento total estimado em R$ 24,1 bilhões. As receitas da conta devem ter um reforço de R$2,3 bilhões dos programas de P&D e EE do setor elétrico. Na parte de despesas, descontos tarifários na distribuição, concedidos a diferentes segmentos, somarão R$ 8,2 bilhões, enquanto os subsídios à energia fóssil dos sistemas isolados vão consumir R$ 7,9 bilhões, por meio da Conta de Consumo de Combustíveis.

Para a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, alguns custos da CDE "são inexplicáveis ou, no mínimo, questionáveis." É o caso da geração térmica a carvão no sul do país, que deve receber um subsídio 16% maior que o de 2020, e da geração de energia a diesel na Amazônia, que é bancada pela CCC.

Os grandes consumidores também criticam os incentivos à geração renovável, que devem alcançar em 2021 custo recorde de mais de R$ 5 bilhões para financiar fontes que, segundo eles, já são competitivas. Uma das medidas previstas na MP 998 é a retirada gradual dos descontos na tarifa fio para esse tipo de empreendimento.

Fonte: Canal Energia

Aprovados valores das cotas do Proinfa para 2021

AO valor total das cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), em 2021, será de R$ 4,044 bilhões. Já o montante de energia elétrica gerado pelas usinas participantes no próximo ano deverá atingir 11,202 milhões de megawatts-hora (MWh). Esses valores foram aprovados durante reunião da diretoria da ANEEL realizada nesta terça-feira (8/12).

Criado pela Lei nº 10.438/2002, o Proinfa tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis (pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e empreendimentos termelétricos com combustível biomassa) na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição.

O cálculo das cotas é baseado no Plano Anual do Proinfa (PAP) elaborado pela Eletrobras e encaminhado para a ANEEL. O custo do programa, cuja energia é contratada pela Eletrobras, é pago por todos os consumidores finais (livres e cativos) do Sistema Interligado Nacional (SIN), exceto os classificados como baixa renda.

O valor de custeio do Proinfa é dividido em cotas mensais, recolhidas por distribuidoras, transmissoras e cooperativas permissionárias e repassadas à Eletrobras. Do valor total do custeio para o programa, R$ 3,7 bilhões serão recolhidos pelas distribuidoras, R$ 282,2 milhões pelas transmissoras e R$ 30,5 milhões pelas cooperativas (permissionárias).

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica

Programa Piloto de Resposta da Demanda é estendido a todo o país

A ANEEL aprovou dia 21 de dezembro, em Reunião Pública Extraordinária da sua diretoria colegiada, a alteração da norma referente ao Programa Piloto de Resposta da Demanda. Com a modificação da Resolução Normativa nº 792/2017, o programa será estendido a todos os consumidores localizados no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Até então, poderiam ser habilitados no Programa Piloto de Resposta da Demanda somente agentes na condição de consumidores livres, consumidores parcialmente livres e consumidores cujos contratos de compra de energia seguiam os preceitos estabelecidos no artigo 5º, da Lei nº 13.182/2015, conectados na rede sob supervisão do ONS, adimplentes no âmbito da CCEE, que, exclusivamente, estivessem nos subsistemas Norte e Nordeste. Com o propósito de possibilitar a expansão dos benefícios do programa de Resposta da Demanda para todas as regiões do Brasil, a diretoria da Agência decidiu ampliar o programa para os demais submercados (Sudeste/Centro-Oeste e Sul).

O programa tem como objetivo possibilitar a redução dos custos de atendimento ao sistema elétrico nacional, promovendo credibilidade e modicidade tarifária aos consumidores finais.

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica

Governo aprova resolução do CNPE para Geração Distribuída

O governo federal aprovou dia 28 de dezembro, a resolução 15/2020 do Conselho Nacional de Política Energética, que estabelece as diretrizes nacionais para políticas públicas voltadas à Microgeração e Minigeração Distribuída no país. Dentre as diretrizes, o governo federal determina que as alterações devem ter gradualidade na transição das regras, com estabelecimento de estágios intermediários para o seu aprimoramento.

As demais diretrizes definem acesso não discriminatório do consumidor às redes das distribuidoras para fins de conexão de GD; segurança jurídica e regulatória, com prazos para a manutenção dos incentivos dos consumidores que possuem GD; além de segurança jurídica e regulatória, com prazos para a manutenção dos incentivos dos consumidores e a transparência nos processos de políticas públicas.

Fonte: Canal Energia

PLD horário estreia com variações diárias acima de 10%

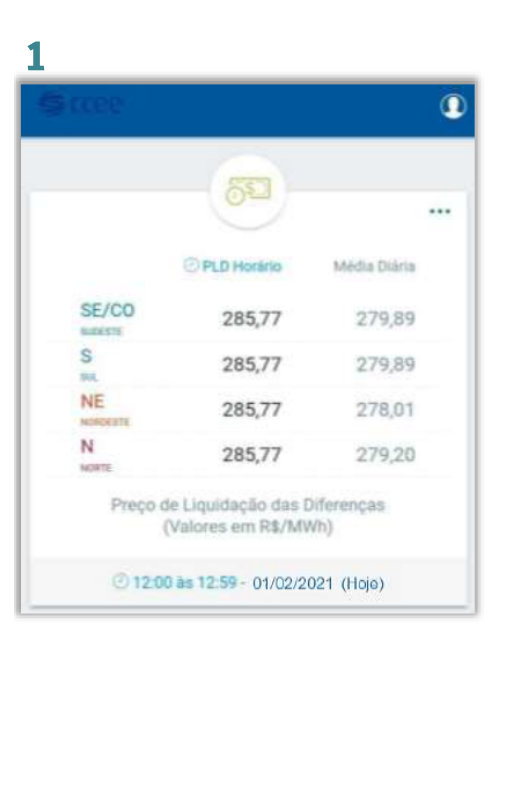
Os primeiros dias de PLD horário no âmbito da CCEE apresentam variações acima de 10%. Desde do dia 1º de janeiro até o final desta segunda-feira, o valor da energia no mercado com maior granularidade variou em R$ 113, 94/MWh. O menor preço ocorreu no primeiro dia em vigor da aplicação do modelo Dessem com R$ 195,40 às 7h e o maior está programado para as 15h desta segunda-feira, 4 de janeiro com R$ 309, 34/MWh nos quatro submercados do país.

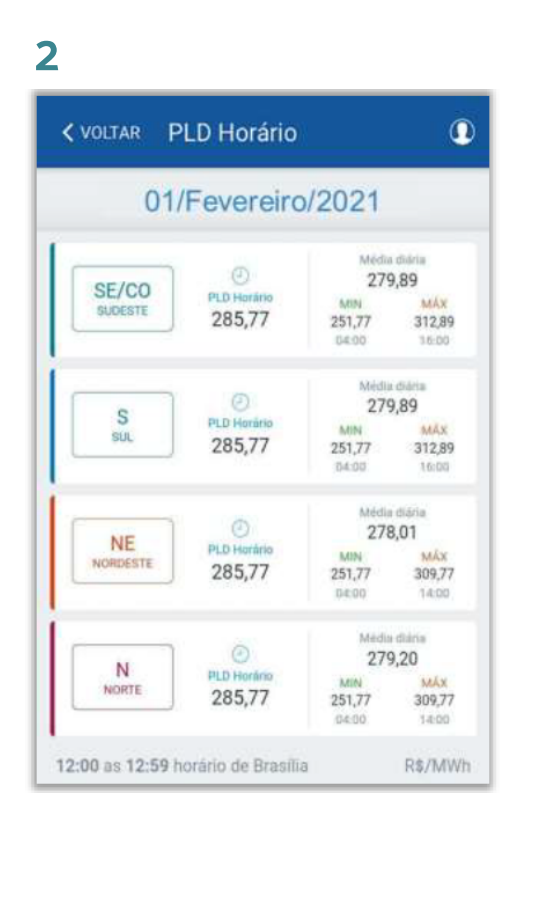
De acordo com dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no primeiro dia do ano o valor variou 14,16% com média de R$ 206,48/MWh. O menor preço ficou em R$ 195,40 às 7h e o mais elevado R$ 223,06 às 21h. No sábado, dia 2 de janeiro a variação ficou em 12,17% à média de R$ 282,76 resultado do menor valor de R$ 266,88 e o mais elevado em R$ 299,35 nos extremos do período, às 0h e às 23h, respectivamente. No domingo 3 de janeiro a oscilação ficou em 16,53% com preço médio de R$ 273,82.

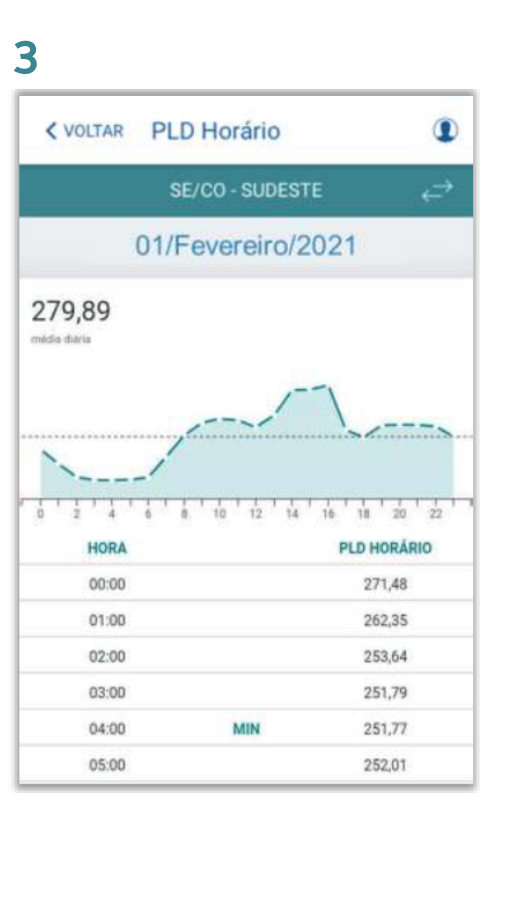
Fonte: Canal Energia

Plataforma CCEE permite o acompanhamento do PLD horário

A CCEE disponibilizará aos agentes do mercado informações sobre o PLD em seu site (CliqCCEE - DRI), na Plataforma de Integração e em seu aplicativo.

1


2


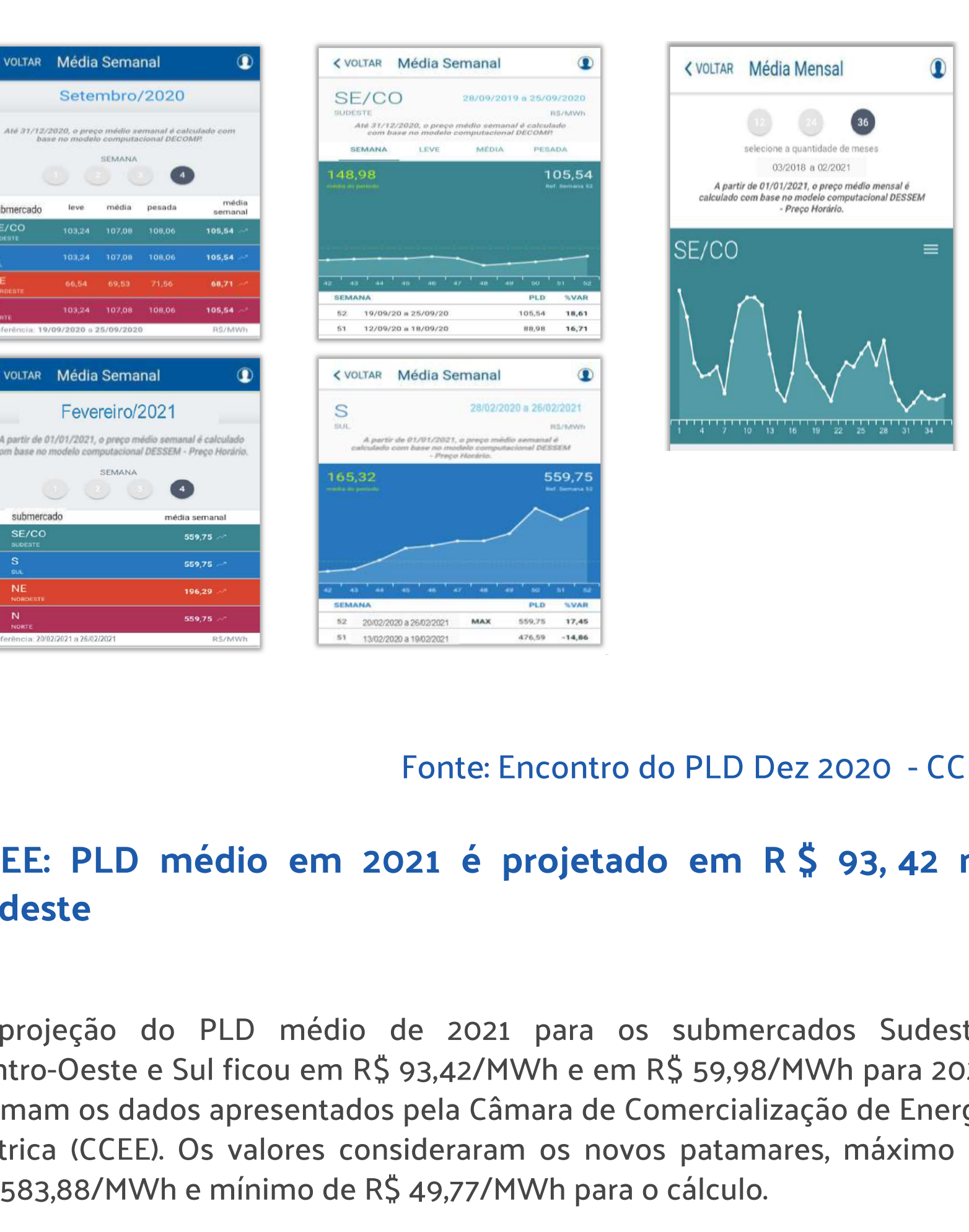
3


1 - Preço da hora vigente e preço médio do dia, ambos considerando o último dia disponível exibidos na tela inicial;

2 - O segundo nível exibe o preço da hora vigente, os preços mínimo/máximo e o preço médio do dia;

3 - O terceiro nível exibe os preços para cada hora do dia e também o preço médio do dia.

A plataforma permite aos usuários acessar dados históricos com média semanal e média mensal.



Fonte: Encontro do PLD Dez 2020 - CCEE

CCEE: PLD médio em 2021 é projetado em R$ 93, 42 no Sudeste

A projeção do PLD médio de 2021 para os submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul ficou em R$ 93,42/MWh e em R$ 59,98/MWh para 2022, afirmam os dados apresentados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Os valores consideraram os novos patamares, máximo de R$ 583,88/MWh e mínimo de R$ 49,77/MWh para o cálculo.

Segundo a CCEE, as médias para os cenários mais pessimistas seriam de um teto de R$ 186, 74/MWh e menor valor de R$ 156, 10/MWh, e de R$ 53, 21/MWh e R$ 49, 77/MWh numa perspectiva otimista. Já para os submercados Nordeste e Norte, a projeção indica médias de R$ 86,08/MWh e R$ 86,22/MWh, respectivamente, para o ano que vem no preço máximo, e de R$ 59,98/MWh no patamar mais baixo.

Fonte: Canal Energia

CCEE atualiza cursos de capacitação para novas regras do PLD Horário

Com a implementação do PLD Horário, que entrou em vigor no último dia 1º de janeiro, e a aprovação das regras definitivas que normatizam a operação do novo modelo de preços, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE promoveu atualizações em três cursos do seu Portal de Aprendizado. O objetivo é adequar os treinamentos ao cenário da precificação em base horária, auxiliando os agentes que ainda quiserem entender melhor como funcionará o mercado a partir de 2021.

Foram modificados a videoaula "Panorama do PLD Horário" e os cursos online "PLD – Nível Básico" e "PLD – Nível Intermediário". Os ajustes contemplam readequações na metodologia de aplicação dos limites de preços, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 909/20, além de alterações nas menções à periodicidade e granularidade dos cálculos, entre outros.

Fonte: Canal Energia

Alfa Comercializadora é desligada da CCEE

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica desligou a Alfa de seu quadro de agentes. A decisão ocorreu no dia 29 de dezembro em decorrência da inadimplência da empresa com o Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE). A comercializadora fechou acordo com distribuidoras para a aquisição de 30 MW médios ao valor de R$ 10,9 milhões, mas não pagou o montante devido na data de liquidação, 10 de dezembro.

Com a decisão, a empresa está impedida de operar na CCEE desde 1 de janeiro. De acordo com as regras do mercado, os contratos da empresa foram cortados e o volume que ficou em aberto voltou às distribuidoras que deverão liquidar os volumes no mercado de curto prazo, na operação que ocorre no início de fevereiro. Já as contrapartes que fecharam contrato com a comercializadora terão que resolver o tema diretamente com a empresa.

Fonte: Canal Energia